



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATAS



## ATA

### ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/4/2013

Às 8h30min, comparece no Auditório da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande o Deputado André Quintão, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/Suas 2012 - e debater as sugestões para o enfrentamento das dificuldades apresentadas pelos Municípios com relação a essa norma. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Albanita Roberta de Lima, representando o Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas-MG -; Teresa Cristina Dâmaso Gusmão, Superintendente de Políticas de Assistência Social; Maura Miranda, Conselheira da Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social, representando o Sr. Leonardo David Rosa Reis, Presidente; Rosilene Cristina Rocha, Assessora Técnica, representante do Ministério de Desenvolvimento Social; e os Srs. Cássio Soares, Secretário do Estado de Desenvolvimento Social; Jaime Luiz Rodrigues, Presidente do Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Minas Gerais - Cogemas -; Rêmolo Aloise, Prefeito Municipal de São Sebastião do Paraíso; Geraldo Lourenço, Assistente Social e representante do Fórum Municipal dos Trabalhadores do Suas de Minas Gerais; Jaime Rabelo Adriano, Coordenador-Geral do Suas da Secretaria Nacional de Assistência Social e Combate à Fome, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao Deputado e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do parlamentar e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2013.

André Quintão, Presidente - Diniz Pinheiro.



## ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/5/2013****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

**2ª Fase****(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.826/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo financeiro às pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, para os fins que menciona (faixa constitucional). A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5 e 7 a 10, ficando prejudicados o Substitutivo nº 1 e as Emendas nºs 1, 4 e 6.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013, do Governador do Estado, que incorpora parcelas da Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - instituída pela Lei nº 18.017, de 8 de janeiro de 2009, pelo valor da GCP vigente no ano de 2012, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1, e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.843/2013, do Governador do Estado, que reajusta as tabelas de vencimento básico das carreiras que indica, institui Gratificação Complementar no âmbito da Escola de Saúde Pública, institui a carreira de Auditor Assistencial Estadual do Sistema Único de Saúde no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 8, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, ficando prejudicados o Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 1 a 8, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 11, e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 19, e pela rejeição das Emendas nºs 9, 10, e 13 a 18. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 11, fica prejudicada a Emenda nº 12.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.412/2012, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Dia Estadual da Conscientização para Doação de Leite Humano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/2011, do Deputado Arlen Santiago, que altera dispositivos da Lei nº 15.975, de 12 de janeiro de 2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que confere ao Município de Itabira o título de Capital Estadual do Tropicismo. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/2011, do Deputado Elismar Prado, que dispõe sobre a política estadual de incentivo ao direito dos alunos da rede pública estadual de terem acesso ao cinema. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. As Comissões de Cultura e



de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.839/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui a Política Estadual de Mobilização para Doação de Medula Óssea em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.176/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços por meio de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2012, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana do Manhuaçu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.252/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.271/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública, especialmente à Polícia Militar e à Polícia Civil, do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.625/2012, do Governador do Estado, que institui a política de incentivo aos atletas e técnicos em atividade do desporto de rendimento. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 1 ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Esporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.803/2013, do Governador do Estado, que autoriza a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.812/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.648, de 5 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica, situado no Município de Cana Verde. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.815/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.878/2013, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, relativa ao ano de 2013. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 7/5/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.595 a 4.599/2013, do Deputado Cabo Júlio.

Debate, com a presença de convidados, sobre os problemas de segurança nas proximidades da Praça Hugo Werneck, na área hospitalar de Belo Horizonte, em razão do grande número de ocorrências de crimes contra o patrimônio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.131/2012, do Deputado Tiago Ulisses; 3.316/2012, do Deputado Zé Maia, e 3.466/2012, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.600/2013, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 4.603/2013, do Deputado Anselmo José Domingos; 4.626/2013, do Deputado Mário Henrique Caixa; e 4.627/2013, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.333/2012, do Deputado Marques Abreu; 904/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.122/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.795/2011, da Deputada Rosângela Reis; 2.847/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista; 2.887/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.890/2012, do Deputado Carlos Henrique; 2.937/2012, da Deputada Ana Maria Resende; 3.065/2012, da Deputada Liza Prado; 3.248/2012, do Deputado Arlen Santiago; 3.462/2012, do Deputado Paulo Lamac; 3.683/2012, da Deputada Liza Prado; 3.706/2013, do Deputado Cabo Júlio; 3.885/2013, do Deputado Gilberto Abramo; 3.894/2013, da Deputada Ana Maria Resende; 3.900/2013, do Deputado Rogério Correia; 3.908, 3.909 e 3.928/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e 3.968/2013, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.943/2013, do Deputado Duilio de Castro; 3.952/2013, do Deputado Ivair Nogueira; 3.969/2013, do Deputado Rômulo Viegas; e 3.971/2013, do Deputado Glaycon Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.568/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.927/2013, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2013****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2013****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.809/2013, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.836 e 3.837/2013, do Deputado Célio Moreira; e 3.907/2013, do Deputado Glaycon Franco.

Requerimentos nºs 4.473, 4.474, 4.516 e 4.517/2013, da Deputada Liza Prado; e 4.537/2013, do Deputado Tadeu Martins Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2013****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.853/2013, do Deputado João Vítor Xavier.

Requerimentos nºs 4.426/2013, do Deputado Duarte Bechir; 4.430/2013 e 4.622/2013, da Deputada Liza Prado; 4.434/2013 e 4.621/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.468/2013, do Deputado Ivair Nogueira; e 4.617/2013, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 7/5/2013****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 7/5/2013****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:  
No 2º turno: Projeto de Lei nº 376/2011, do Deputado Célio Moreira.  
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos nºs 4.553 e 4.554/2013, da Comissão de Participação Popular.  
Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 8/5/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:  
Em turno único: Projeto de Lei nº 3.549/2012, do Deputado Durval Ângelo.  
No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.346/2011, dos Deputados Durval Ângelo e André Quintão.  
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos nºs 4.619 e 4.620/2013, do Deputado Celinho do Sintrocel.  
Discussão da Lei Orgânica da Polícia Civil, em especial as alterações que implicam a prestação do serviço pericial no Estado e sua fundamental relevância na garantia dos direitos humanos dos cidadãos, com a presença de convidados.  
Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/5/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.  
Discussão e votação de proposições da Comissão.



## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 7/5/2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei Complementar nºs 33/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969; e 34/2013, do Governador do Estado, que incorpora parcelas da Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - instituída pela Lei nº 18.017, de 8 de janeiro de 2009, pelo valor da GCP vigente no ano de 2012, e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 257/2011, do Deputado Elismar Prado, que dispõe sobre a política estadual de incentivo ao direito dos alunos da rede pública estadual de terem acesso ao cinema; 1.631/2011, do Deputado Arlen Santiago, que altera dispositivos da Lei nº 15.975, de 12 de janeiro de 2006, e dá outras providências; 1.839/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui a Política Estadual de Mobilização para Doação de Medula Óssea em Minas Gerais; 2.176/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços por meio de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado e dá outras providências; 2.573/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que confere ao Município de Itabira o título de Capital Estadual do Tropeirismo; 3.193/2012, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana do Manhuaçu o imóvel que especifica; 3.252/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências; 3.271/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública, especialmente à Polícia Militar e à Polícia Civil, do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma; 3.412/2012, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Dia Estadual da Conscientização para Doação de Leite Humano; 3.625/2012, do Governador do Estado, que institui a política de incentivo aos atletas e técnicos em atividade do desporto de rendimento; 3.803/2013, do Governador do Estado, que autoriza a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais a alienar os imóveis que especifica; 3.812/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.648, de 5 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica, situado no Município de Cana Verde; 3.813/2013, do Governador do Estado, que



autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica; 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.815/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas o imóvel que especifica; 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica; 3.826/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo financeiro às pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, para os fins que menciona; 3.843/2013, do Governador do Estado, que reajusta as tabelas de vencimento básico das carreiras que indica, institui Gratificação Complementar no âmbito da Escola de Saúde Pública, institui a carreira de Auditor Assistencial Estadual do Sistema Único de Saúde no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e 3.878/2013, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, relativa ao ano de 2013; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de maio de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### **Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Cabo Júlio, Almir Paraca e Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2013, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.914/2013, do Deputado Ivair Nogueira, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2013.

Liza Prado, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### **Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2013, às 15h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 4.601/2013, da Deputada Ana Maria Resende, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2013.

Duarte Bechir, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### **Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Mônica Maria Teixeira Coelho para o Cargo de Ouvidora-Geral Adjunta do Estado**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Henrique, Cabo Júlio, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2013, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de arguir publicamente a Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho, indicada pelo Governador para o cargo de Ouvidora-Geral Adjunta do Estado; apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2013.

Romel Anízio, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### **Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2013**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Cabo Júlio, Durval Ângelo e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2013, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2013.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente "ad hoc".

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### **Reunião Conjunta das Comissões Extraordinária da Copa do Mundo e de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mário Henrique Caixa, Bonifácio Mourão, Fábio Cherem e Tadeu Martins Leite, membros da Comissão Extraordinária da Copa do Mundo; os Deputados Marques Abreu, Ulysses Gomes, Mário Henrique Caixa, Tadeu Martins Leite e Tenente Lúcio, membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, para a reunião a ser realizada em



8/5/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, com a presença de convidados, o Projeto de Lei nº 3.685/2013 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2013.

Tenente Lúcio, Presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 30/4/2013

A Deputada Luzia Ferreira - Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar os Deputados e as Deputadas, todos os que nos acompanham das galerias. Aqui é a Casa do povo, do contraditório. Então, quando vocês estão aqui, é sempre muito importante. Há projetos importantes na pauta. Surpreendentemente, mesmo às vésperas de feriado, a Casa está com bom quórum. Então, daqui a pouco esperamos votar os projetos, inclusive o que diz respeito ao aumento para diversos servidores do Estado de Minas Gerais.

Hoje quero usar esta tribuna, como Presidente do PPS, para comunicar a esta Casa, à Mesa e aos colegas Deputados e Deputadas - aliás, já é público pela imprensa - que nós, do PPS, junto com o PMN, fizemos recentemente, em abril, um congresso de fusão que gerou uma nova legenda: a Mobilização Democrática. Por que fizemos esse processo? O PPS é um partido herdeiro e sucessor do antigo PCB, que foi fundado em 1922, na esteira do movimento comunista internacional, com a Revolução Russa. Portanto, somos herdeiros dessa tradição generosa de buscar uma sociedade em que todos tenham igualdade de direitos, mais oportunidade e a justiça como norte comum. Somos herdeiros dessa tradição que se opunha à selvageria do capitalismo e às condições degradantes em que vivia - e ainda vive - parcela considerável dos trabalhadores no Brasil e no mundo.

Em 1991, sucedendo ao PCB, o PPS entendeu que a experiência do socialismo no mundo havia fracassado. É bom reconhecermos essa experiência histórica que, aliás, colocou os direitos não só na pauta dos países que viveram essa experiência, particularmente os do Leste Europeu, mas na dos países do mundo. Isso foi responsável por que o capitalismo concedesse algumas vantagens. Aí estão os Estados do bem-estar social, da social-democracia, particularmente na Europa, que tem tudo a ver com essa luta travada entre esses dois blocos de poder. Em 1991 o PPS considerou que essa experiência estava encerrada, superada em seus pressupostos básicos, em sua forma de conceber o socialismo, fazendo com que mudássemos também naquela época.

Fizemos um congresso não abdicando das nossas ideias de construir uma sociedade mais justa, entendendo que teríamos condições de fazer um diálogo mais amplo com a sociedade, colocando como centro da nossa ação a democracia e o desenvolvimento sustentável, com mais distribuição de renda e possibilidades. Em 1991, ou seja, há 20 anos, fizemos essa corajosa mudança de rumo da história do PCB-PPS. Agora, há 15 dias, propusemos uma mudança talvez ainda mais significativa: a união com um novo partido, o PMN.

Por que fizemos isso e tão rapidamente? Em primeiro lugar, fizemos essa união para termos um instrumento, uma nova formação política com mais capacidade de interagir com a população do Brasil, no plano federal, nos Estados ou nos Municípios, criando condições de haver um partido mais robusto, mais capilarizado, com mais inserção e mais força para discutir um novo projeto para o Brasil.

Portanto, fizemos essa fusão correndo, porque, num Estado, num Brasil em que há um pluripartidarismo próprio da nossa cultura e da nossa tradição democrática, com vários partidos não só constituídos, mas em formação, tivemos a mão forte do governo federal e dos partidos que o sustentam no Congresso, numa medida casuística, tratando com dois pesos e duas medidas um projeto de lei para dificultar, inibir a criação de novos partidos. Se estes existissem, criariam condições para dificultar o diálogo com a população, ter tempo de televisão e acesso aos recursos do Fundo Partidário. Essa medida arbitrária, casuística, que chamamos de "pacote de abril", relembrando tristemente o Pacote de Abril de Geisel-Golbery, em 1978 ou 1979, se não me engano, que fechou o Congresso por 14 dias.

Portanto, ali, emitiu-se um conjunto de normas visando naquele momento atacar e inibir a Oposição, que crescia na luta contra a ditadura. Ficou conhecido como Pacote de Abril porque foi feito em abril. E, novamente, tristemente no mês de abril, vemos um governo, que tem maioria no Congresso, tirar do fundo da gaveta um projeto de lei de um Deputado do PMDB que não tinha passado por nenhuma comissão, rompendo com o rito do processo legislativo. Ele também não tinha nenhuma urgência, nenhuma catástrofe estava acontecendo no Brasil para justificar que se usasse a sua base e, de madrugada, se votasse o projeto em caráter de urgência para inibir essa nova formação. Queriam nos atingir, mas querem atingir principalmente o Rede Sustentabilidade, da Marina Silva. Querem tirar adversários da disputa do ano que vem. Podiam atingir a Marina Silva, que está colhendo assinaturas para formar o Rede Sustentabilidade.

Quero conchamar todos os Deputados e partidos a ajudar a Marina Silva a viabilizar o mais rápido possível o seu partido. O meu PPS já está colhendo assinaturas, e já temos essa diretriz, para todos os nossos diretórios, Vereadores e mandatários, para ajudarmos a Marina Silva a viabilizar rapidamente o seu partido. Temos colocados como candidatos hoje a Marina Silva, pelo Rede Sustentabilidade; Eduardo Campos, pelo PSB, e Aécio Neves, pelo PSDB, que representa o segmento tradicional da Oposição no Brasil. Mas temos dois novos candidatos que surgem da base do governo federal. Marina foi fundadora do PT, Ministra do Meio Ambiente, e Eduardo Campos é do PSB, que hoje integra a base. Queremos que haja eleições pluripartidárias, com todos tendo condições de defender suas ideias, cabendo ao eleitor escolher o que é melhor. Não é o caso de evitar uma disputa de antemão, manietando a possibilidade de os partidos, especialmente o da Marina, terem condições de defender as suas ideias, que são muito





claras no rumo de um outro modelo, com desenvolvimento, sustentabilidade, inclusão dos diferentes de fato, com transparência e ética, como é a sua trajetória.

Então, faço à Casa o comunicado de que a Mobilização Democrática - MD - está em processo de registro. Corremos para fugir dessa armadilha, para inclusive termos tempo. Portanto, já entramos no processo legal no cartório de notas e, nesta semana, devemos entrar no TSE. Portanto, essa lei não nos atinge mais. Embora esteja aguardando para ser apreciada no Senado, ainda não foi aprovada lá por obstrução dos partidos de oposição. A pedido da Marina Silva, uniram-se todos os partidos de oposição para fazer a obstrução no Senado, para que ela tenha tempo de fazer o registro do seu partido e concorrer com mais condições de defender esse projeto.

Quero fazer este comunicado de que a MD já é uma realidade e está em processo final de homologação no TSE. A MD abre uma janela para aqueles que queiram vir a esse campo discutir com mais liberdade o novo projeto. E que possamos retomar no Brasil não uma eleição plebiscitária de quem é contra ou a favor, mas de qual é o melhor projeto, de quais são as melhores propostas para que o Brasil volte a crescer, volte a distribuir renda e possa colocar fim a esses arroubos antidemocráticos - como estes dois projetos de lei vergonhosos que estão no Congresso, um querendo tirar o poder do Ministério Público de investigar e o outro querendo submeter as decisões do Supremo Tribunal ao referendo do Legislativo. A base da nossa república e da democracia é exatamente a separação dos Poderes. O Ministério Público é uma conquista da cidadania, do povo, é um defensor dos direitos da população, portanto, não pode ser manietado.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputada Luzia Ferreira, é muito bom ouvir V. Exa., melhor ainda quando nos traz a história da formação do PPS, das lutas, das conquistas e da presença muito ativa de V. Exa., sempre inserida na história desse Partido.

Realmente estamos vendo que o Pacote de Abril pouco funcionou. Uma declaração do Ministro Gilmar Mendes deixou claro que a vedação à criação de novos partidos seria casuismo, seria proibir a liberdade hoje existente em nosso país, seria ferir de morte a democracia. Veremos, portanto, a criação de novos partidos; veremos a Rede da nossa Senadora Marina e de outros que queiram se formar, para que a disputa no próximo ano se dê com aqueles que realmente tenham projetos de governo, e não com aqueles que tenham projetos de poder.

Há a perpetuação do poder e há o interesse em contribuir com o Brasil. Existe uma diferença muito grande nas duas posições. Vejo V. Exa. inserida no PPS, e agora no MD, neste contexto, podendo oferecer ao País, aos brasileiros, uma proposta de governo que realmente possa ser realizada. Por exemplo, temos nossas reformas estruturais. Vemos, Deputada Luzia Ferreira, que ações individuais têm aparecido com muita rapidez. Veja bem V. Exa. que o incentivo dado a quem quer comprar um veículo terminou, mas voltou. Isso enfraquece nossas finanças, enfraquece os Municípios que vivem exclusivamente do FPM. Mais de 80% dos Municípios brasileiros sobrevivem exclusivamente desse fundo. Quando o governo concede qualquer tipo de isenção, aquela fatia que é dada nessa isenção só é diminuída no FPM. Isso emagrece a saúde dos Municípios, diminui o poder de ação na área da saúde, diminui o poder de ação do Prefeito nas obras importantes. V. Exa. nos dá oportunidade, hoje, de falar com muita tranquilidade que o PPS, agora MD, tem realmente uma proposta de governo.

Ao falar em governo, queria trazer ao conhecimento dos senhores o que vimos aqui no início da reunião. Pedi ao Presidente a fala relativa a uma reclamação do Deputado Sargento Rodrigues. O Deputado João Leite já nos informa que, na segunda-feira, o Secretário Rômulo estará reunido com o Deputado Presidente da Comissão de Segurança Pública, para discutir essa situação que o Deputado Sargento Rodrigues trouxe a esta Casa no dia de hoje. É a primeira vez, Deputada Luzia Ferreira, na história de Minas, que toda sede de comarca terá um Delegado empossado. É a primeira vez que acontece isso num Estado que possui 853 Municípios. É muito Município, é muito recurso, e é muito importante ressaltar essa condição de Minas Gerais.

Além de agradecer-lá, quero parabenizar V. Exa. pela intervenção momentosa nesta Casa. Parabéns, Deputada.

A Deputada Luzia Ferreira - Obrigada, Deputado Duarte Bechir. Espero encontrá-lo por aí, quem sabe nesse novo partido, cuja homologação junto ao TSE estamos para concluir. Será um instrumento a mais para aqueles que querem pensar um Brasil de forma mais responsável. Um país do tamanho do nosso precisa crescer. Temos tido, nos últimos anos, um crescimento pífio de nosso PIB, com a volta da inflação, com rasgos de autoritarismo, até mesmo mediante desrespeito à nossa República e à nossa Constituição. É para isto que o MD vem: para ser mais um instrumento à disposição de nosso povo para lutar pela justiça, por um Brasil soberano, com mais igualdade. Muito obrigada.

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Boa tarde a todos. Exmo. Sr. Presidente desta Casa, neste momento, caro amigo Deputado José Henrique, quero dizer que é um prazer tê-lo aqui ao nosso lado.

Cumprimento os nobres parlamentares que aqui se encontram e todo o público presente nas galerias desta Casa, extremamente democrática. Esta Assembleia, independentemente de colorações partidárias, sempre acolhe todos os que aqui vêm da melhor forma possível.

Gostaria de cumprimentar todos os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Essa televisão, Deputado Rômulo Veneroso, foi criada pelo Deputado Alencar da Silveira Jr. - segundo ele mesmo - há alguns anos. Essa televisão permite que todos os mineiros possam ver e ouvir, diariamente, os avanços que os últimos governos de Minas proporcionaram a todos os mineiros e também a realidade do atual governo federal, que nada faz pelos mineiros e não lhes dá atenção, como deveria dar.

Antes de iniciar o assunto que me trouxe até aqui hoje, gostaria de dizer que, na última semana, meu Líder, Deputado Bonifácio Mourão, fui ao Aeroporto de Confins pegar um avião para Brasília. Lá, eu iria me encontrar, Deputado Bosco, com o nosso grande amigo e líder de todos os mineiros e, quem sabe - sem querer me adentrar no processo eleitoral de 2014 -, futuro Presidente desta República, nosso Senador Aécio Neves. Infelizmente, Deputada Luzia Ferreira, ao fazer o meu "check in", gastei aproximadamente 25 minutos no Aeroporto de Confins. Isso me chamou a atenção. Não sei se esse fato se deu por culpa da companhia aérea ou por culpa da Infraero. O pior aconteceu, Deputado Caixa, quando me dirigi à sala de embarque. A fila estava quase chegando no Município de Sete Lagoas, do Deputado Duílio de Castro, que ontem, infelizmente, sofreu um sério crime de violência contra a sua pessoa. Desejo-lhe uma breve recuperação.



Fiquei me perguntando, Deputado Rômulo Viegas: será que o Brasil está preparado para sediar uma Copa do Mundo? O Brasil, eu não sei, mas Minas Gerais está em parte, porque o que coube a este governo foi feito a tempo, acordado a tempo e assinado a tempo. O contrário disso tem feito o governo federal.

Deputado Rogério Correia, gostaria de dizer, com toda a minha titularidade, por ter sido Secretário de Esportes do governo Aécio Neves, que o governo federal se comprometeu com a Fifa a cumprir determinadas responsabilidades, mas até hoje não fez essas obrigações, que foram assinadas e pactuadas. Não existe nada pior para um governo do que gerar insegurança jurídica, e o Deputado Mourão sabe muito bem disso. O Presidente da República, naquela época, se comprometeu a fazer metrô e a ampliar os aeroportos. E hoje estamos vendo o Brasil parado. Por quê? Porque o atual governo tem se preocupado apenas com as eleições de 2014 e se esqueceu dos problemas que o Brasil vem enfrentando.

A inflação bate na porta de todos nós. Quando vamos ao supermercado e ao sacolão, vemos o preço do tomate e da batata aumentar. Agora, vemos o aumento do preço da cebola. O governo, para fazer demagogia, Deputado Rogério Correia, anuncia que está cortando os impostos da energia elétrica para o povo pagar menos. Mas, aguardem os senhores. No ano que vem, o próprio governo, que hoje corta os impostos, aumentará as tarifas. E quem vai pagar por isso será o cidadão.

O Brasil não está crescendo por causa deste governo, que se preocupa apenas em fazer política e em atender a seus aliados políticos. Não aguento mais, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, abrir os jornais do nosso país e ver este governo criando mais um ministério, a Secretaria dos Portos para colocar determinado afilhado político e não sei mais quem, mas as obras de que precisamos e com que sonhamos não chegam.

Escuto aqui alguns parlamentares fazerem críticas a este governo, que hoje é referência não apenas no nosso país, mas em toda a América Latina. Ele é modelo exemplar de gestão: gasta menos com a máquina pública para investir mais no cidadão.

Falo de forma bem tranquila, até porque não é este parlamentar que está dizendo isso, mas os organismos internacionais de fomento, que comprovam o que estou dizendo. Dizer que o governo não investe em saúde... Investe sim. Vamos aos Municípios mineiros. Todos têm um posto de saúde, o Farmácia de Minas está chegando lá.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Gustavo Corrêa, concordamos plenamente com tudo que V. Exa. disse. Aliás, ressalto as agências internacionais a que se referiu V. Exa., entre elas estão a Moody's e Standard & Poor's, que abaixaram as notas da Grécia, Itália e outros países europeus e deram a Minas a melhor nota do Brasil. Portanto não preciso apresentar mais nenhum argumento.

Pedi-lhe um aparte, porque, com base no tema que V. Exa. está abordando, falando do governo federal e do Congresso Nacional, estamos preocupados, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. que é um exímio advogado, com essas interferências do Congresso Nacional no Supremo Tribunal Federal. Talvez isso seja efeito do mensalão. Até porque a revista "Veja" acabou de mostrar isso recentemente.

O que está acontecendo, Deputado Gustavo Corrêa? Um Deputado Federal do PT entrou com um projeto, que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, submetendo as decisões do STF ao Congresso Nacional. Aliás, isso foi objeto de uma charge no jornal "Hoje em Dia", com o Deputado Tiririca. Ele foi questionado por um repórter sobre o que achava daquele projeto de lei. O Deputado Tiririca respondeu: "Acho ótimo. 'Incrusiver' tenho umas correções a fazer na sentença do Joaquim Barbosa". Então, por essa declaração, V. Exa. pode ver o que o Deputado do PT - o projeto foi aprovado na Comissão de Justiça onde o PT tem maioria - está querendo fazer.

Deputado Gustavo Corrêa, sabia que o meu aparte ia incomodar muita gente aqui, porque estou falando a verdade. Mas ainda não terminei, e a situação não para por aí. Agora, o Deputado Marco Maia, do PT, ex-Presidente do Congresso, está propondo outra medida. Que medida é essa? Que as decisões singulares, monocráticas, não tenham efeito nenhum, só as decisões coletivas. Ora, e o direito líquido e certo, Deputado Dalmo Ribeiro Silva? Por exemplo, um cidadão é eleito Deputado Estadual com uma votação muito expressiva, deseja tomar posse, mas o Presidente, por um motivo ou outro, não lhe dá posse. Ele tem o direito líquido e certo de entrar na Justiça e conseguir a liminar para tomar posse. Pelo que está querendo o Marco Maia, acabou a liminar no País. E pelo que está querendo os Deputados do PT, o que acontecerá? Interferência do Legislativo no Judiciário. Se houver interferência no STJ, haverá interferência nos Tribunais de Justiça regionais. Esse é o efeito bumerangue que ocorrerá também nas Câmaras Municipais. Na hora que o Juiz decidir, será necessário ouvir as Câmaras. Veja onde iremos parar, Sr. Presidente. Tudo isso se deve ao casuismo dos efeitos do mensalão.

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Deputado Rogério Correia, o Deputado Rômulo Viegas já havia pedido. Solicito a compreensão dos senhores, até porque quero concluir as minhas ideias.

O Deputado Bonifácio Mourão disse algo que faria com que ficássemos aqui por muito tempo. É impressionante como se trata de um peso e duas medidas. Quando o assunto interessa ao atual governo federal, fazem de tudo para burlar a democracia. Um exemplo claro é a luta contra a criação de novos partidos políticos. Por que será? Imagino que seja porque, através das benesses do poder, o atual governo tenta seduzir os aliados que julga prejudiciais à campanha presidencial de 2014. O que me preocupa é a antecipação desse processo eleitoral, nunca vista na nossa história, pois isso acabará prejudicando o nosso país. Fazer demagogia é muito fácil. Digo sempre, senhoras e senhores, como Presidente da Comissão de Administração Pública, que quando nos chega alguma matéria de reajuste salarial, afirmo com a maior tranquilidade: qual gestor público não gostaria de ver todos os seus servidores bem remunerados? Mas temos responsabilidade. Como podemos arbitrar o teto dos servidores da educação, quando 73% da receita do País se concentra nas mãos do governo federal, que não manda nem R\$1,00 para Minas Gerais? O asfalto ainda não chegou à região de Salto da Divisa, porque o governo federal não permitiu que o governo mineiro fizesse a obra. O povo é obrigado a enfrentar uma hora de carro em estrada de terra. Poucos dos senhores aqui conhecem essa realidade. O governo federal, por medo, porque não tem competência para fazer essa obra, impede que o desenvolvimento chegue àquela região. É triste, Deputado Rômulo, ver o governo federal trabalhando apenas para a reeleição do atual governo. Por outro lado, Minas Gerais vai mostrando ao Brasil e ao mundo como tratar bem os que aqui vivem.



A atual Presidente da República diz ser mineira. Tive notícias de que, na próxima sexta-feira, ela estará em Uberaba, onde também estaremos. Espero que anuncie definitivamente a duplicação da BR-381, que mata famílias e mais famílias. Onde está o metrô da nossa Capital, que o ex-Presidente disse que estaria aqui na Copa do Mundo? Para criar ministério e dar cargos a aliados políticos existe dinheiro, mas para tratar do povo de Minas não há dinheiro. O governo do Estado não faz isso. Agora mesmo está contemplando os Municípios com o programa ProMunicípios, que destinará recursos para o desenvolvimento das cidades, da forma que a população deseja e merece.

Deputado Rômulo, ao contrário do atual governo federal, o governo de Minas é um eterno orgulho para mim e, tenho certeza, para a grande parte dos mineiros. Daqui a alguns anos, saberemos reconhecer e valorizar aquele que teve ao seu lado o atual Governador, que, na minha opinião, é o maior gestor público do nosso país, um homem competente, honrado e íntegro. As futuras gerações terão orgulho de dizer: Minas teve o melhor Governador de todos os tempos e o melhor Presidente que todos nós desejamos e sonhamos.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Cabo Júlio\* - Presidente, quero pedir desculpa aos presentes para falar de um assunto que acho preocupa a todos nós, de forma direta ou indireta: o problema do “crack” em Belo Horizonte e em todo o Estado.

Sou servidor público de carreira da Polícia Militar e, durante muitos anos, vi-me impotente quando encontrava uma pessoa usando “crack” ou outras drogas, por não saber para onde levá-la. Lamentavelmente os governos, em todas as esferas, seja a federal, seja a estadual, seja a municipal, e sem querer partidizar a discussão aqui, fingem que o problema não é nosso. Se passarmos agora na Avenida Antônio Carlos, na altura do Departamento de Investigações, uma grande delegacia de polícia, veremos no mínimo umas 50 pessoas, à luz do dia, a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana, usando “crack”. As pessoas passam ali como se aquilo não fosse problema nosso.

Eu e minha família trabalhamos com dependentes químicos e fundamos o Projeto Restaurando Vidas. Devemos ter hoje lá mais ou menos uns 28 meninos viciados em “crack”.

E fico pensando como será na Copa. Fico imaginando, Deputada Liza, o seguinte quadro: linha verde, Avenida Antônio Carlos e pessoas de fora do Brasil que não podem ver a nossa realidade. Então, iremos colocar viaturas policiais na Avenida Antônio Carlos, empurrando o problema para dentro da Pedreira Prado Lopes, escondendo-o em outros lugares. A Copa vai passar, vamos tirar a polícia, e os usuários de droga irão voltar para a Avenida Antônio Carlos. Falo isso com muita tranquilidade. Não estou dizendo que isso por si só seja razão de crimes, mas precisamos entender também.

Faço uma diferenciação entre traficante e dependente químico. Já recebi na minha clínica um menino de 12 anos de idade viciado em “crack” que roubava tudo o que tinha na sua casa. Ele, com 12 anos, roubou da mãe liquidificador, batedeira, televisão e continuou roubando. A mãe chegava ao ponto de amarrá-lo ou algemá-lo para ir trabalhar. Aí fica a grande discussão: tudo que é problema de todo mundo acaba não sendo problema de ninguém.

Quando fui Vereador, tentei convencer o Prefeito a criar uma secretaria antidrogas, ainda que extraordinária. Percebia que a área da saúde - sem qualquer tipo de crítica, estamos todos do mesmo lado - disputava com a área social de quem era o problema. Um dia eu disse para o Secretário: “enquanto os senhores ficam discutindo de quem é o problema, as pessoas estão morrendo na rua, e os traficantes estão matando”. O traficante não mata um jovem por que deixou de pagar uma conta no valor de R\$5,00 ou R\$10,00, mata pelo exemplo, para que outro não fique devendo ao tráfico. O juro mais caro que existe na face da Terra é do traficante. Se o usuário pega uma pedra de “crack” por R\$10,00 e não paga, eles, os traficantes, no outro dia, vão até a sua casa e cobram R\$20,00, R\$30,00 da mãe. Os pais ficam no seguinte dilema: se eu pagar a conta que meu filho fez na boca, irei abrir uma linha de crédito para ele continuar; mas, se eu não pagar, eles vão matá-lo. Recebo esse questionamento na nossa ONG: “O que faço? Pago ou não pago aos traficantes? Se eu pagar, meu filho volta lá e faz outra compra; se eu não pagar, eles vão matá-lo”. Isso é problema do poder público, da Prefeitura, do governo do Estado e do governo Federal. Começando pelo governo municipal, não existe uma secretaria antidrogas. O governo estadual tem uma subsecretaria, e o Prof. Cloves Benevides, com o pouco que tem, faz até muito.

Deputado Paulo Guedes, o governo federal agora começou a permitir que tratem dependentes químicos pelo SUS. Essa é uma discussão de 20 anos atrás. Agora o “crack” virou uma epidemia. Na menor cidade do Estado de Minas Gerais há “crack”. Enquanto o “crack” era droga de pobre, de gente sem educação, as pessoas fingiam que o problema não existia, mas agora o “crack” chegou às casas dos bacanas, rompendo toda e qualquer barreira social, econômica e educacional. Começaram aí as preocupações, porque a droga chegou à casa dos bacanas. Eu vi, durante nossos trabalhos na Pedreira Prado Lopes, a seguinte cena: um pai desesperado que foi buscar a filha de 16 anos na Pedreira, mas não conseguiu convencê-la a ir para casa. Então, o pai foi até o traficante, comprou 20 pedras de “crack”, como se fosse um osso para um cachorro. Disse à filha que tinha comprado a droga, abriu a porta do carro, jogou a droga dentro do carro e, logo em seguida, a filha pulou para dentro do carro como se fosse um cachorro atrás do osso. Quando ela entrou, ele fechou a porta, arrancando o carro. A menina abriu a janela e gritou ao traficante que, quando acabasse a droga, voltaria. Deputada, já irei dar lhe aparte.

E o poder público acha que isso não é problema de ninguém. Fica apenas criando medidas paliativas.

Faço aqui um desafio: alguém conhece em Minas Gerais uma clínica pública de tratamento em regime de internação? Eu não conheço. Recebi uma mãe que diz que as clínicas que existem são particulares e funcionam sob a forma de cooperativa. Não foram feitas para dar lucros, mas o menino tem psicólogo, toma banho quente, come o dia inteiro, e esse custo é rateado entre as famílias. Como uma mãe que ganha salário mínimo para manter a sua família tratará o seu filho? Se ela tirar uma cesta básica da casa, faltará para os outros. As pessoas podem dizer para ela arrumar um padrinho ou deixar o filho na rua. É lamentável. O “crack” no Brasil hoje é uma epidemia.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Solicitei aparte para parabenizá-lo, Deputado Cabo Júlio, por trazer um tema tão importante a esta tribuna.



V. Exa. disse que o “crack” já chegou nas pequenas cidades. Mais do que isso, chegou nas vilas, nos distritos, nas zonas rurais, nos assentamentos, nas reservas indígenas, enfim, em todos os lugares. Em São João das Missões, por exemplo, a droga tomou conta da aldeia. Há traficantes, pessoas traficando dentro das reservas indígenas.

Na semana passada, V. Exa. esteve comigo em Montes Claros e constatou de perto a situação. Não é só este Deputado que está aqui falando que testemunhou o problema, V. Exa. viu o representante da Polícia Civil, o Coronel Comandante da Polícia Militar e o Comandante do Corpo de Bombeiros mostrarem a triste realidade do que é a segurança no Norte de Minas. Para se ter uma ideia, a Delegacia Regional de Januária há seis anos não recebe uma viatura. Não há sequer uma viatura para andar na estrada de terra. É a região de maior extensão territorial em termos de delegacia regional, pois cobre mais de 17 Municípios. Há 40 viaturas da Polícia Militar em Montes Claros quebradas no pátio, precisando de R\$150.000,00, mas o governo não tem ou não quer mandar os recursos para consertá-las.

Então, esse é o choque de gestão, que chamo de choque de ilusão, pois só tem mídia, televisão, artistas globais, propagandas e mais propagandas, mas a realidade é muito diferente. São de entristecer os relatos como os que V. Exa. traz aqui, agora. Parabéns, Deputado Cabo Júlio.

O Deputado Cabo Júlio\* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Como eu dizia, onde vamos colocar esses meninos viciados em “crack”? Acho que esse problema é tão grave que não tem cor partidária. É um problema de todos nós. Por mais que eu, porventura, não tenha alguém na minha casa que use “crack”, posso ser assaltado por um jovem que quer me roubar por causa de R\$5,00 para manter o seu vício. Assim, é um problema de todos nós, independentemente da cor partidária.

Não temos locais públicos para colocar esses usuários. Há alguns tipos de usuários. Há desde o experimentador, que usa uma vez por semana, até o crônico, que vive para a droga e pela droga. Ele tem ruptura social, para de estudar e trabalhar e começa a vegetar, vivendo para a droga e pela droga. Não adianta levá-lo para o Centro Mineiro de Toxicomania - CMT -, pois passa a manhã lá, tendo terapia, recebendo remédios, mas, à tarde, é mandado embora para casa. Quando é solto, volta para a boca e não volta para o tratamento no outro dia. Esse usuário crônico precisa ser retirado daquele meio. Para isso, as clínicas terapêuticas de atendimento voluntário - não aquelas para as quais o usuário vai involuntariamente ou compulsoriamente - precisam de ajuda governamental.

Recebi um terapeuta que disse que está tentando fazer um convênio com o Estado para, em vez de atender 15, atender 30, mas a burocracia é muita. É tanta que parece que não querem que atendam.

Recebi uma ligação de um militar reformado, de Patos de Minas, que faz um trabalho de pegar usuários de “crack” na rua. Como ele pode se manter, se não tem ajuda governamental de nenhuma esfera? Sabe fazer, tem vontade de fazer mais, mas não tem ajuda. Eu lhe disse que há uma solução. Ir à vara federal da sua cidade e pedir aos Juizes da vara criminal e federal que os perdimentos para a União sejam enviados para a sua casa de recuperação.

Então o que acontece? Sabem como é? Não chegou perto de mim, não é problema meu. É aquela história em que dois cidadãos estão em um bar, um de cada lado, um dos lados está furado e a água entrando. Um tira a água e fala para o outro: me ajuda. O outro responde: eu não, o furo é do outro lado. Essa é a política antidrogas que existe no Brasil: é problema de todo o mundo, é problema de ninguém. Passamos pela Praça Sete, pela Antônio Carlos, pela Cristiano Machado, por Coluna, por cidades maiores e menores, e há “crack” em todo lugar. Há pessoas que muitas vezes querem se tratar. Como policial, tinha a seguinte visão: usuário de droga é marginal, bandido, sem-vergonha, safado. Faço agora esta autocrítica: ao longo dos anos, comecei a aprender que muitos desses jovens são autores, mas também são as grandes vítimas do seu vício.

Quando vou falar sobre drogas, dou como exemplo minha mãe de 73 anos de idade, que todo dia toma um copo de café. No dia em que ela não toma, sente dor de cabeça. Ela diz: “minha cabeça está doendo, vou tomar café”. Minha mãe é viciada em cafeína, mas é um vício socialmente aceitável. O viciado em “crack” muitas vezes quer parar e não consegue. Ele quer ajuda, mas não há a quem pedi-la. Ai, sim, o problema é nosso, do poder público, da Prefeitura de Belo Horizonte, dos governos estadual e federal. Temos de parar com essa mentirada, temos de parar de esconder a sujeira debaixo do tapete para que o povo de fora do Brasil não saiba que o “crack” virou uma epidemia. Virá a Copa, e como resolver o problema? Escondendo. Fica aqui o meu apelo. E sob a forma de apelo, que o governo do Estado seja - Deputado Vanderlei Miranda, V. Exa. que é um especialista no assunto - menos burocrático ao fazer convênios com as unidades terapêuticas que sabem e querem fazer, mas não têm recurso, não têm ajuda. É muita burocracia. Parece que não querem resolver o problema.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)\* - Obrigado. Sei que o tempo está se esgotando. Vou pedir a compreensão do nosso Presidente e querido companheiro, Deputado José Henrique.

Deputado Cabo Júlio, o que V. Exa. fala tem o meu pleno endosso. Nós, que estamos lidando com a questão - e agora a mim foi confiada a Presidência da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas nesta Casa -, temos trabalhado bastante.

Hoje, pela manhã, tive a alegria de participar, na Cidade Administrativa, da assinatura de um convênio entre o governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte. É o Cartão Aliança pela Vida, no qual o governo do Estado disponibiliza recursos para as comunidades por meio da Prefeitura de Belo Horizonte. Para mim, foi um passo positivo, visto que não havia nada até então. Outra coisa interessante é que foi anunciado lá, ainda que em “off”, pelo Secretário Antônio Jorge, que o governo vai trabalhar para passar aquele valor de R\$900,00 do Aliança pela Vida, que é o valor “per capita”, para R\$1.300,00. Esse valor vai custear 70%, 80% das despesas de uma comunidade terapêutica.

Acredito que as ações desta Casa, os discursos que V. Exa. faz agora e a ação do conjunto de interessados na busca de amenizar e diminuir esse flagelo têm produzido alguma coisa, ainda que a passos lentos. Não podemos sair da trincheira. Aplaudo o que V. Exa. faz nesta tarde, porque é dessa trincheira que vamos cobrar as ações. E não cobrar somente; vamos apresentar propostas de solução. Muito obrigado.



O Deputado Cabo Júlio - Sr. Presidente, trabalhamos com dependentes de álcool e “crack”. Perdi meu avô devido ao alcoolismo, perdi o meu pai e não quero perder os meus filhos. Lamento que a velocidade com que as coisas acontecem não seja a mesma velocidade com que as pessoas estão morrendo nas ruas com o “crack”. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, servidores estaduais que vêm a esta Casa lutar justamente por seus direitos, pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia das diversas cidades de Minas Gerais, boa tarde. Vou reservar os 5 minutos que me restam para evidenciar mais uma vez o tratamento dado aqui à Oposição. O Deputado Gustavo Corrêa veio a esta tribuna atacar o nosso governo, o governo da Presidenta Dilma, atacar o nosso partido e falar de democracia. Que belo exemplo de democracia ele nos deu hoje ao usar a palavra e, em uma atitude antidemocrática, pedir o encerramento de plano da reunião quando havia quórum para a sua continuação! Mas o seu objetivo foi atendido, porque, com o pedido de verificação, ele ganhou 10 minutos, impedindo-me de falar pelo mesmo tempo, já que eu iria falar por 15 minutos e agora só me restam 4 minutos. Essa é a forma democrática com que tratam a Oposição nesta Casa. É assim que age a turma do Aécio nesta Assembleia. Para eles, a democracia é só da boca para fora.

A respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, dizem que o PT quer silenciar o Supremo, mas, para que tenham ideia, essa PEC está tramitando no Congresso desde 2011. Esquecem-se de dizer que Azeredo e Marcus Pestana são coautores da PEC, cujo relator é um Deputado do PSDB de São Paulo. Mas, como a revista “Veja”, que é o seu boletim de propagandas, veicula uma matéria sobre isso, apegam-se ao tema, até porque não têm nada para falar ou oferecer. Esquecem-se de que estiveram no governo por oito anos e quebraram o Brasil, como estão há 10 anos no poder em Minas Gerais e quebraram o Estado. A resposta está aqui: a cada dia recebemos na Casa um grupo de servidores de pires na mão, porque é assim que eles tratam os nossos servidores públicos. Já está vindo aí mais uma greve, após a do Judiciário; também já vem aí outra greve da educação, porque aqui eles não respeitam os servidores públicos.

Esse é o choque de ilusão com que eles tanto gastam dinheiro no horário nobre da Globo, com artistas globais, divulgando o que não existe. Fiquei impressionado com a propaganda que fazem do Travessia, dizendo que atende 3 milhões de pessoas, quando é difícil achar 30 que tenham sido atendidas por esse programa em Minas Gerais. É só propaganda. Agora, têm a coragem de fazer propaganda, por ter chegado uma Delegada em uma comarca do interior, onde a droga e a violência avançam. Até um Parlamentar desta Casa, o Deputado Duílio de Castro, foi agredido nesse final de semana, ou seja, a violência está para todos os lados; ela tomou conta de Minas Gerais e das cidades do interior. As Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros estão sucateados. Esse é o choque de gestão!

O Ipsemg está sucateado! Estão aqui os servidores do Ipsemg, pois mandaram para cá um projeto de lei que deixa essa categoria tão importante de fora. Então, precisamos falar do verdadeiro choque de ilusão, não de gestão, até porque isso não é gestão. Chamar assim uma gestão que está entregando um Estado que devia R\$13.000.000.000,00 com mais de R\$84.000.000.000,00 de dívidas? Essa é a gestão de Aécio e Anastasia: é colocar tudo debaixo do tapete, esconder os números reais e querer colocar na cabeça das pessoas que existe gestão em Minas Gerais.

Também queria dizer que as pessoas estão acordando. Tenho rodado por todas as cidades da minha região, e vejo que a insatisfação com esse governo não é só por parte dos servidores públicos; ela está generalizada.

A população já não aguenta mais a insegurança, a falta da presença do governo. Todo dia o tal choque de gestão deles corta um benefício do servidor, corta investimento de uma região. O governo só faz alguma coisa sabem como? Endividando ainda mais o Estado. Para tudo que fazem, têm de pegar dinheiro emprestado. Estou sabendo que vai chegar outro pacote aqui na Casa na semana que vem pedindo mais três bilhões e meio de empréstimo, para endividar ainda mais o Estado de Minas Gerais. Esse endividamento compromete diretamente os servidores públicos. É mais arrocho, é mais juro que o Estado vai pagar, e menos investimentos.

Então quero, Sr. Presidente, deixar claro que a democracia não pode ser usada dessa forma. O Deputado Gustavo Corrêa deu um péssimo exemplo aqui hoje, um péssimo exemplo ao usar desse mesmo artifício que usaram na semana passada para não deixar este parlamentar se manifestar. Sempre que me inscrevo para falar, eles correm e utilizam esse tipo de artifício. Apesar de contar com 4 minutos, quero dizer que estamos atentos, que não vamos nos calar, que a Oposição estará atenta a cada passo desse governo que tenta prejudicar servidores, que tenta camuflar informações e que, a todo momento, cobre-se de mentiras, de propagandas, de uma série de subterfúgios para tentar esconder a verdadeira realidade em Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/5/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes**

exonerando José Antônio Rodrigues Bicalho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Léia Alves Arruda do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando Marília Jeunon Portugal do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando José Antônio Rodrigues Bicalho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;



nomeando Marília Jeunon Portugal para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Fred Costa**

exonerando Marilis Jandira Cavalieri do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;  
exonerando Paulo Roberto Pereira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;  
nomeando Marilis Jandira Cavalieri para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;  
nomeando Paulo Roberto Pereira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado João Vítor Xavier**

exonerando Anderson Martins dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;  
exonerando Michel Angelo Batista do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;  
exonerando Rodrigo José da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;  
nomeando Anderson Martins dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;  
nomeando Michel Angelo Batista para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada**

exonerando Pollyanna Alonso Pires do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Natália de Oliveira Vieira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Paulo Lamac**

exonerando, a partir de 23/4/2013, Frederico José de Araujo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Livia de Matos Lucchesi de Almeida para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2013**

#### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 72/2013**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 20/5/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de filtros de ar para unidade de ventilação/ar condicionado.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de maio de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### **TERMO DE ADITAMENTO ADT/31/2013**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. Objeto: contratação de seguro total para veículos automotores, incluída assistência 24 horas. Objeto do aditamento: ampliação do objeto com a inclusão de 1 veículo. Vigência: de 28/2 a 25/6/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.



### **ERRATAS**

#### **ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2012**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/12/2012, na pág. 21, na 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), antes do encerramento, inclua-se o seguinte resumo:

“do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Secretário Adjunto de Defesa Social pedido de providências com vistas à disponibilização de cadeira de rodas e ao pagamento da indenização devida a Wandrew Schewenck de Assis, ferido durante escolta de presos no fórum de Sete Lagoas”.

#### **CORRESPONDÊNCIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 4/5/2013, na pág. 7, sob o título *Ofícios*, onde se lê:



“Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (5), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 1.824/2011, 3.122, 3.366, 3.681/2012 e 3.743/2012”, leia-se:

“Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (5), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 1.824/2011, 3.122, 3.366, 3.681/2012 e 3.743/2013”.